

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6356	13819/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - DGE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, do projeto de execução abaixo designado, nos termos das condições estipuladas na proposta de aprovação de projeto apresentada pela DMOSM/DOM/DEPM.

Denominação do Projeto: Praia Fluvial de Navarra Preço Base: 912.375,61€ + IVA;
Prazo de Execução: 300 dias;

O projeto encontra-se instruído em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08, nomeadamente no seguinte enquadramento: - artigo 7.º do Capítulo I do Anexo I.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Processo: 13701/2024

Assunto: PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA

Documento: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO/INTERVENÇÃO:

A intervenção localiza-se na Praia Fluvial de Navarra, na União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, concelho de Braga, na margem direita do rio Cávado e abrange uma área de intervenção de 6.124,02 m².

Tem como objetivos principais a construção de um equipamento/edifício de apoio à praia fluvial/bar, parque de estacionamento e rede de acesso automóvel e pedonal.

2. FUNDAMENTAÇÃO DO PREÇO BASE:

(cfr. o disposto no art.º 47 da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

O preço base foi definido pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, com recurso aos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, com a adequada atualização ou adaptação dos referidos valores unitários as atuais circunstâncias do mercado, procedendo-se ao seu ajustamento tendo em consideração:

- O volume de trabalhos a executar para cada espécie de trabalho;
- A tipologia dos trabalhos;
- As particularidades e condicionalismos locais;
- As conjecturas atuais do mercado da construção;
- A atualização dos preços unitários associados à data dos procedimentos anteriores tomados com referência para o efeito.

3. PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIOS:

(cfr. n.º 5 do artigo 36.º da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

3.1. O presente projeto reúne o parecer prévio, obrigatório vinculativo, da seguinte entidade externa:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Ref.º ARHN.DRHL.1104.2014 / S022369-2020;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) – Ref.º OF_ESRB_IP_4852/2020;
- E-REDES – Direção Serviço aos Ativos MT e BT – Norte – Ref.º Carta/1430/2022/DSAN-AAD de 23/08/2022.

3.2. O projeto não carece de obtenção de outros pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações necessárias, por parte de entidades externas ou internas, que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

4. PROPOSTA:

Para aprovação do projeto de execução.

O projeto encontra-se instruído em conformidade com a Portaria n.º 255/2023, de 07/08, nomeadamente no seguinte enquadramento:

- artigo 7.º do Capítulo I do Anexo I.

5. PROCEDIMENTO COMPLEMENTAR:

A área de intervenção deste projeto abrange uma parcela privada com 1.000,00m², sobre a qual foi solicitada a declaração de utilidade pública da expropriação, tendo sido aprovada pela Câmara Municipal de Braga em reunião de 25/11/2024.

Este procedimento encontra-se na plataforma de Gestão Documental com os seguintes dados de registo:

- Processo n.º 8003/2024;
- Proposta de resolução PR/2024/2636.



6. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DA EMPREITADA:

Após a aprovação do projeto de execução e reunida a posse administrativa da parcela a expropriar, o projeto de execução poderá prosseguir para a abertura do procedimento de contratação da sua empreitada com a seguinte proposta:

Propõe-se o Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual.

A empreitada denominada "**PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA**", a levar a efeito na Praia Fluvial de Navarra, na União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, concelho de Braga, na margem direita do rio Cávado, tem o valor base de **912.375,61€ + IVA**.

O prazo de execução da obra é de **300 dias**.

Notas:

Adjudicação por lotes:

(crf. artigo 46.º-A da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

Propõe-se a não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a 500.000,00€, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incidíveis.

7. PROGRAMA DE FINANCIAMENTO:

O Município de Braga pretende submeter até 30 de Dezembro de 2024, a candidatura ao **Aviso NORTE2030-2024-46 Património Cultural e Natural (IT)** cumprindo as condições de elegibilidade de enquadramento no Plano de Ação do ITI CIM do Cávado a aprovar pela Autoridade de Gestão do Norte 2030.

Em anexo segue pasta digital do projeto de execução.

Para os devidos efeitos.

Braga, 23 de Dezembro de 2024

✓ O Chefe de Divisão da DEPM,

Vítor Alejandro Machado Caryalho, Arquiteto

